



PONTO A PONTO

• ECONOMIA

A economia brasileira deverá crescer 2,4% em 2026, enquanto a inflação é estimada em 5,6%, permanecendo acima do centro da meta de 3% e do limite superior do intervalo de tolerância, de 4,5%. A dívida bruta do governo geral deverá alcançar 97,8% do PIB neste ano e, na ausência de novas medidas de ajuste fiscal, poderá atingir 106% do PIB em 2035, segundo projeção do Fundo Monetário Internacional (FMI).

• TARIFAÇÃO

As tarifas de 25% impostas pelos Estados Unidos sobre produtos brasileiros podem reduzir em mais de US\$ 11 bilhões as exportações da indústria e do agronegócio do Brasil. A medida tende a restringir o acesso dos produtos brasileiros ao mercado norte-americano, reduzindo sua competitividade e impactando setores exportadores relevantes da economia, os dados são da Amcham Brasil (Câmara Americana de Comércio para o Brasil).

• GOVERNABILIDADE

O governo do presidente Lula (PT) é desaprovado por 50% dos brasileiros e aprovado por 43%. Na avaliação da gestão, 41% classificam o governo como "ruim" ou "péssimo", 23% como "regular" e 34% como "ótimo" ou "bom", segundo pesquisa da Gerp.

• CONGRESSO NACIONAL

Desde o início do 3º mandato, o presidente Lula (PT) acumula 23 derrotas relevantes no Congresso Nacional, envolvendo a derubada de vetos presidenciais, rejeição ou paralisação de projetos prioritários, derrotas em votações, perda de espaço político e até a rejeição de uma indicação ao Supremo Tribunal Federal (STF).

• COMÉRCIO EXTERIOR

A balança comercial brasileira registrou superávit de US\$ 526,3 milhões na terceira semana de julho, resultado de US\$ 6,11 bilhões em exportações e US\$ 5,58 bilhões em importações. Em relação ao mesmo período de 2025, o saldo comercial recuou 65,4%, refletindo uma queda de 12,5% nas exportações e um aumento de 2,3% nas importações. No acumulado de 2026, o superávit comercial alcança US\$ 47,31 bilhões, segundo dados da Secretaria do Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

PF intima senador Jaques Wagner a depor no caso Master



O senador Jaques Wagner (PT-BA) (Foto: Roque de Sá/Agência Senado)

A Polícia Federal intimou o senador Jaques Wagner (PT-BA), ex-líder do governo no Senado, a depor no dia 7 de agosto sobre suspeitas de pagamentos ligados ao Banco Master. O depoimento será presencial, na superintendência da PF em Brasília, dentro da Operação Compliance Zero, que investiga fraude financeira envolvendo a

instituição comandada por Daniel Vercaro.

Segundo a PF, há indícios de que o senador recebeu vantagens econômicas indevidas, direta ou indiretamente, por meio de parentes, pessoas de confiança e estruturas societárias ligadas ao banco. A lista inclui uso gratuito de jatinhos particulares vinculados a Augusto Lima ou ao próprio Master, ingressos para shows internacionais em Los Angeles, um imóvel em Salvador avaliado em R\$ 2,5 milhões e pagamentos a uma empresa da nora do senador, via contrato de consultoria que somou R\$ 11 milhões ao longo dos anos.

A investigação aponta uma possível contrapartida. Wagner teria atuado junto ao governo pela aprovação da compra do Master pelo BRB e, no Senado, pela chamada Emenda Master, que propunha elevar de R\$ 250 mil para R\$ 1 milhão o limite de cobertura do Fundo Garantidor de Créditos para CDBs. Mensagens e registros telefônicos levantados pela PF mostram contatos entre executivos ligados ao banco, assessores do senador e o próprio Wagner em datas próximas à apresentação da proposta.

O senador nega ter atuado em favor do Master e afirma que os valores apreendidos pela PF correspondem a diárias legais, declaradas e não utilizadas em missões internacionais. Ele deixou a liderança do governo no Senado em 24 de junho, logo após a deflagração da operação, e diz acompanhar o andamento das investigações com tranquilidade.



TENDÊNCIA: O caso reforça o desgaste que o escândalo do Master já vinha causando na base aliada do governo, num momento em que o Planalto tenta equilibrar o discurso de combate à corrupção com a defesa de quadros próprios sob suspeita. O depoimento manterá o tema em destaque por mais tempo.

Tarifaço americano passa a valer efetivamente; governo anuncia linha de crédito para afetados



Donald Trump e o presidente Lula (Foto: Ricardo Stuckert/PR)

A tarifa adicional de 12,5% imposta pelos Estados Unidos ao Brasil passou a valer nesta sexta-feira (24). A medida foi anunciada pelo USTR na véspera, dentro de uma investigação sobre trabalho forçado que atingiu mais de 60 países. O Brasil ficou entre os que receberam a alíquota mais alta, por não ter adotado proibições formais à importação de bens ligados a essa prática. Como o novo percentual incide sobre a base já elevada pela sobretaxa de 25% em vigor desde a semana passada, parte da pauta exportadora brasileira passa a enfrentar uma tarifa combinada de 37,5%, caso do setor de máquinas e equipamentos, hoje sem qualquer via de escape.

A lista de isenções, no entanto, poupou setores relevantes, que poderiam impactar a inflação americana de forma mais direta ou que fossem produtos estratégicos aos interesses estadunidenses. Aeronaves e suas peças, petróleo, café, carne bovina, madeira e derivados de açaí ficaram de fora da nova cobrança, que somados responderam por boa parte do que o Brasil vendeu aos EUA neste ano. Aço, calçados, vestuário, açúcar, etanol, farmacêuticos e maquinário agrícola não entraram na mesma regra da isenção. Pelos cálculos da Amcham Brasil, a tarifa afeta milhares de produtos e bilhões de dólares em exportações anuais.

A reação do empresariado seguiu o mesmo tom das rodadas anteriores do tarifaço, com pedido de diálogo, sem menção a retaliação. CNI, Amcham e Fiemg divulgaram notas cobrando a continuidade das negociações com Washington. Já a Abimaq, que representa a indústria de máquinas, foi mais dura ao classificar a cumulatividade das duas tarifas como um problema concreto de competitividade diante

de concorrentes americanos isentos da própria tarifa que impõem. Trump havia afirmado que se o Brasil respondesse com retaliação, autorizada pela Lei de Reciprocidade aprovada recentemente pelo Congresso, a reação seria de taxas ainda maiores.

Do lado do governo, a resposta veio na forma de uma medida provisória publicada às vésperas da nova tarifa. O texto abre a terceira rodada do Plano Brasil Soberano, com R\$ 18,5 bilhões em crédito subsidiado, divididos entre recursos do Tesouro e do BNDES, com juros que variam conforme o setor. A novidade em relação às rodadas anteriores é o alcance, pois além das empresas atingidas diretamente pelas tarifas americanas, o programa passa a socorrer exportadores afetados por outros conflitos internacionais, caso do embate entre EUA e Irã, e setores tidos como estratégicos, de mineração a fertilizantes.

Os R\$ 18,5 bilhões do Brasil Soberano 3 vêm com juros que variam por linha, de 3% ao ano para transformação mineral a 9,8% ao ano para capital de giro de grandes empresas, passando por faixas intermediárias para investimentos, bens de capital e exportação de pequenas e médias empresas. O valor é R\$ 2,5 bilhões menor que o da fase anterior, de R\$ 21 bilhões, e não representa dinheiro novo, mas recursos remanescentes de rodadas passadas do próprio programa e da renegociação de dívida rural, emprestados sob expectativa de retorno.

O governo sustenta que a operação não entra na meta de déficit primário por se tratar de crédito, embora o desembolso deva pressionar a dívida bruta enquanto o Tesouro usa caixa para bancar os empréstimos. O alcance também cresceu, agora incluindo exportadores do agro, da mineração e da pesca, cooperativas e setores como fertilizantes, fármacos e minerais críticos, além de empresas afetadas por conflitos internacionais.

O programa deve atender entre 1.000 e 1.400 das 2.400 empresas brasileiras que exportam aos Estados Unidos, a depender do grau de exposição às tarifas, enquanto as contrapartidas exigidas de cada setor ainda estão sendo definidas. Rosa também revelou que o Brasil pediu, nas negociações com Washington, que a tarifa de 12,5% não seja cumulativa com a sobretaxa já em vigor.



TENDÊNCIA: manutenção das tarifas pelo governo Trump.

A atual situação de Flávio Bolsonaro e sua campanha



O pré-candidato à Presidência da República Flávio Bolsonaro (Foto: Reprodução/YouTube)

Flávio Bolsonaro publicou um vídeo nesta quinta-feira (23) reiterando o pedido de desculpas a Michelle Bolsonaro e afirmando que as portas seguem abertas para ela. Cerca de três horas depois, Michelle respondeu com uma gravação própria aceitando o gesto, dizendo "eu aceito seu pedido, eu te desculpo" e propondo que os dois se sentem para conversar e reunir forças em torno do que chamou de um "exército do bem" para o Brasil.

O desentendimento havia começado em 24 de junho, quando Michelle acusou Flávio de tê-la tratado de forma grosseira em uma ligação sobre a aproximação do PL com Ciro Gomes na disputa pelo governo do Ceará. A reconciliação chegou três dias antes da convenção nacional do PL, que ocorreu neste sábado (25) e lançou oficialmente Flávio à presidência, e Michelle atribuiu parte do gesto à figura de Jair Bolsonaro (PL) como elo entre os dois lados da família.

No campo adversário, a Federação Brasil da Esperança, formada por PT, PV e PCdoB, acionou o TSE contra Flávio por declarações sobre as urnas eletrônicas. O senador chegou a associar a Smartmatic, empresa que atua no sistema eleitoral venezuelano, a possíveis fraudes replicadas no Brasil. A ação também cita o deputado Gustavo Gayer (PL-GO), a deputada Júlia Zanata (PL-SC) e o ex-deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), e pede multa além da remoção das publicações, sob a alegação de que houve um movimento coordenado entre bolsonaristas para espalhar a desinformação nas redes.

Outra frente delicada envolve o escritório de advocacia de Flávio, do qual ele é sócio único. O escri-

tório emitiu três notas fiscais somando R\$ 1,5 milhão para empresas ligadas à estrutura financeira de Daniel Vorcaro, fundador do Banco Master, hoje sob investigação e preso. Duas notas, de R\$ 500 mil cada, foram destinadas à Copenhagen Consultoria e canceladas no mesmo dia da emissão. A terceira, também de R\$ 500 mil, foi emitida para a Contábil Correa e segue sem cancelamento registrado. Flávio afirma que chegou a ser sondado para prestar serviço à Copenhagen, mas nega que a contratação tenha avançado ou que seu escritório tenha recebido qualquer valor, chamando de capciosa qualquer tentativa de associá-lo ao banco.

No tabuleiro partidário, a federação formada por União Brasil e Progressistas optou pela neutralidade em relação à pré-candidatura de Flávio, decisão comunicada pelo senador Ciro Nogueira (PP-PI), presidente do partido, dois dias antes da convenção do PL. O recuo enfraquece a tentativa de Flávio de repetir o tamanho da aliança que Jair Bolsonaro construiu em 2022, embora a seção paulista da federação já tenha declarado apoio ao senador em evento na capital. Com o Centrão hesitante nacionalmente, Flávio segue as conversas com Republicanos e Podemos para tentar compensar o espaço.



TENDÊNCIA: A reconciliação com Michelle parece calculada para produzir uma imagem de unidade familiar bem no momento em que os outros dois casos colocam sua credibilidade em xeque, o que pode funcionar como reforço simbólico.

FMI vê dívida brasileira perto de 100% do PIB e cobra ajuste de 3 pontos até 2031



Sede do FMI (Foto: Yuri Gripas/Reuters)

O Fundo Monetário Internacional (FMI) divulgou nesta quinta-feira (23) a Consulta do Artigo IV de 2026 e desenhou um retrato de dois lados, no qual a economia cresce mais do que se esperava enquanto a conta pública se deteriora. O Fundo projeta alta de 2,4% do PIB neste ano, sustentada pela demanda interna resiliente e pela condição do Brasil de exportador líquido de petróleo, num cenário de tensões no Oriente Médio e energia mais cara. Ao mesmo tempo, a entidade estima inflação de 5,6% em 2026, acima do teto da meta, de 4,5%, e dívida bruta do governo geral em 97,8% do PIB. Esse contraste é o ponto central do relatório, já que o país vai bem no curto prazo e mal no longo.

Antes de entrar no diagnóstico, é preciso desarmar um mal-entendido comum. O número de 97,8% não é o mesmo divulgado pelo Banco Central, e a diferença está na régua usada, não na qualidade da contabilidade. O BC conta como dívida apenas os títulos que o próprio banco vendeu ao mercado em operações compromissadas, enquanto o FMI considera todos os papéis emitidos pelo Tesouro que estão na carteira da autoridade monetária. Essa lente mais ampla costuma acrescentar vários pontos do PIB à conta. Pelo critério oficial, a Nota para a Imprensa do BC de 30 de junho mostrou a dívida bruta em 81,1% do PIB, ou R\$ 10,6 trilhões, em maio. As duas medições divergem no nível, mas apontam na mesma direção, que é de alta.

A razão principal desse avanço não é uma despesa nova, e sim o custo de carregar o que já existe. A cada mês, o governo precisa pagar juros sobre a dívida acumulada, e se essa despesa cresce mais rápido do que a economia, o estoque aumenta por conta própria, mesmo sem gasto adicional. Os dados do Banco Central mostram esse efeito com clareza. Nos doze meses até

maio, os juros do setor público somaram R\$ 1,111 trilhão, o equivalente a 8,48% do PIB, contra 7,74% um ano antes. No mesmo período, o déficit primário, que mede a diferença entre receitas e despesas sem contar juros, foi de R\$ 149 bilhões, ou 1,14% do PIB. Na prática, a conta de juros pesa muito mais na formação da dívida do que o rombo do orçamento em si.

Daí vem a receita amarga sugerida pelo Fundo. O relatório recomenda um ajuste fiscal de 3 pontos percentuais do PIB entre 2026 e 2031, sustentado por três frentes principais, que são o corte de benefícios tributários considerados ineficientes e regressivos, a desvinculação do reajuste de benefícios previdenciários e assistenciais do salário mínimo e a eliminação dos pisos constitucionais de gastos com saúde e educação. O FMI também pede que os ganhos extraordinários com a arrecadação do petróleo sejam poupados, em vez de financiar subsídios a combustíveis. Com o ajuste, a dívida cairia para cerca de 85% do PIB em 2031, ao passo que, sem ele, ficaria acima de 105% e poderia alcançar 106% em 2035. Vale registrar que duas dessas medidas exigem mudança na Constituição, o que torna a lista mais complexa do ponto de vista político do que técnico.

O alerta não é isolado. O Relatório de Acompanhamento Fiscal da IFI, órgão vinculado ao Senado, projeta a dívida bruta saindo de 80,1% para 115% do PIB em 2036 e adverte que a trajetória dos gastos obrigatórios deve reduzir a eficácia do arcabouço fiscal a partir de 2028. Segundo a instituição, o próximo presidente terá de enfrentar "discussões duras", que envolvem aposentadorias, salários de servidores e benefícios assistenciais. A IFI também pondera que o efeito favorável do petróleo sobre a arrecadação é temporário e que a compensação da isenção do Imposto de Renda até R\$ 5 mil, com renúncia estimada entre R\$ 25 bilhões e R\$ 30 bilhões por ano, ainda é incerta. Com a Selic projetada em 14% ao ano no fim de 2026, a lógica se fecha, porque quanto maior a desconfiança sobre as contas públicas, mais caro fica o dinheiro e mais rápido a dívida cresce.

PT define deputado Patrus Ananias como candidato ao governo de MG, Cleitinho segue indefinido



O deputado federal Patrus Ananias e o presidente Lula (Foto: Reprodução/Facebook)

O PT oficializou o deputado federal Patrus Ananias como pré-candidato ao governo de Minas Gerais na última segunda-feira (20), em reunião da executiva estadual em Belo Horizonte. A decisão veio quatro dias depois de um encontro entre Patrus e Lula no Palácio da Alvorada, ocasião em que o presidente defendeu pessoalmente o nome do deputado por considerá-lo o mais competitivo para representar o projeto do partido no estado. A confirmação deve ser ratificada em convenção no dia 31 de julho, e encerra um período de indefinição num colégio eleitoral que é o segundo maior do país e, portanto, extremamente estratégico para a campanha presidencial de Lula.

A ex-prefeita de Contagem, Marília Campos, era a opção preferida internamente e chegou a classificar a decisão do PT de lançar candidatura própria ao governo como um erro estratégico, preferindo manter o próprio projeto de disputar uma das vagas ao Senado. Depois do anúncio de Patrus, no entanto, Marília declarou apoio público ao nome, dizendo que ele reúne experiência e credibilidade acumuladas como prefeito, deputado federal e ministro. Os dois devem dividir

a chapa majoritária do partido no estado.

Do outro lado do espectro, a corrida segue mais indefinida. O senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG) lidera as pesquisas para o governo, mas ainda não confirmou se vai disputar a eleição nem se aceita compor com o PL, que negocia tê-lo como cabeça de chapa, mas indicando o vice. Enquanto a resposta não vem, o PL mantém em paralelo a hipótese de lançar candidatura própria ao Palácio Tiradentes, com o ex-presidente da Federação das Indústrias de MG (FIEMG), Flávio Roscoe. O Republicanos já sinalizou que pretende levar Cleitinho à disputa de qualquer forma, com ou sem aliança. Outras opções para a vice seriam o ex-prefeito de Patos de Minas, Luis Eduardo Falcão, e o empresário Vittório Medioli.



TENDÊNCIA: A definição antecipada de Patrus dá ao PT um palanque organizado num estado decisivo para a possível reeleição de Lula, mas o real ganho depende de como a fatia relevante de eleitores hoje indecisos em Minas vai se movimentar até outubro. Do lado da direita, a demora de Cleitinho em bater o martelo não altera o seu favoritismo, mas a decisão terá de vir nos próximos dias.

Calendário de convenções partidárias é iniciado



Os pré-candidatos à Presidência da República (Foto: Reprodução)

O período de convenções começou nesta última segunda (20), mas os presidenciáveis não estão se movendo no mesmo ritmo. O primeiro a formalizar candidatura foi Renan Santos, oficializado pelo Missão em convenção realizada de forma online, sem transmissão ao vivo. O evento estava marcado para 1º de agosto, mas a legenda antecipou a data por orientação da equipe de segurança da pré-campanha, diante de uma escalada de ameaças contra o candidato. Aroldo Medina, militar da reserva, foi confirmado como vice na chapa.

Romeu Zema tem sua convenção marcada para a próxima segunda (27), em Brasília, quando o Novo deve confirmar oficialmente sua candidatura à Presidência. O partido deve deixar a escolha do vice

em aberto por enquanto, adiando essa definição para depois do evento.

Flávio Bolsonaro teve sua convenção neste último sábado (25), em São Paulo, no Mercado Pago Hall, na Arena Pacaembu. Além da chapa presidencial, o PL aproveitou a data para homologar candidaturas a governos estaduais, Senado, Câmara dos Deputados e assembleias legislativas.

Lula é quem chega por último. A convenção do PT está marcada para 2 de agosto, no Expo Center Norte, em São Paulo, quando o presidente deve oficializar a candidatura à reeleição ao lado do vice Geraldo Alckmin (PSB), já confirmado na chapa desde o início.

Em destaque no Ranking

● CAMPANHA DE FINANCIAMENTO COLETIVO

Para ampliar e fortalecer sua atuação, o **Ranking dos Políticos** lançou uma campanha de financiamento coletivo voltada a microdoadores. Contribuições de qualquer valor podem ser feitas via Pix para: **contato@politicos.org.br**

● PESQUISA PARLAMENTAR NO ESTADÃO

A mais recente pesquisa parlamentar do **Ranking dos Políticos** foi destaque no Estadão. O levantamento mostra que deputados e senadores estão divididos sobre os efeitos eleitorais do tarifaço: na Câmara, 45,5% apontam Flávio Bolsonaro como o principal beneficiado e 40% citam Lula; no Senado, houve empate, com 39,3% para cada um.

Já a classificação do PCC e do Comando Vermelho como organizações terroristas é vista pela maioria como mais favorável a Flávio Bolsonaro: 73,6% dos deputados e 78,6% dos senadores avaliam que ele seria o principal beneficiado eleitoralmente. A pesquisa ouviu 112 deputados federais e 28 senadores, respeitando a proporcionalidade partidária. [Leia na íntegra.](#)

PARLAMENTAR DA SEMANA



Deputado Alexandre Guimarães (MDB-TO)

Alexandre Guimarães Domingues nasceu em 19 de fevereiro de 1986 em Araguaína (TO). Formou-se em Direito na Universidade de Gurupi (UNIRG) e atuou como produtor rural antes de ingressar na política. Foi vice-prefeito de Novo Repartimento (PA) entre 2017 e 2020. Em 2022, elegeu-se deputado federal pelo Tocantins com 54.703 votos, inicialmente pelo Republicanos, filiando-se ao MDB em 2024. Na Câmara, atua em pautas de agronegócio, segurança pública e simplificação tributária.

Alexandre Guimarães recebeu o **Prêmio Excelência Parlamentar** em 2025 e 2026 pelo **Ranking dos Políticos**.



Desde 2011 o Ranking dos Políticos tem como propósito trazer transparência para o desempenho e performance dos representantes no Congresso Nacional, de forma apartidária e independente.

Nosso levantamento leva em consideração os pilares **eficiência da máquina pública, melhoria do ambiente de negócios e combate à corrupção**.

Nossa área de inteligência promove ainda pesquisas e estudos com a finalidade de promover a educação cívica dos brasileiros, como o Radar Político.

Equipe técnica:

-  Juan Carlos
-  Danylo Shimano
-  Luan Sperandio
-  Daniel Galvêas
-  Gabriel Jubran
-  Victor Ribeiro

Projeto Gráfico:

-  Tamyres Meyer

Diagramação:

-  Giancarlo Mendes

Ajude a garantir a sustentabilidade do maior projeto de melhoria do Congresso Nacional brasileiro.



FAÇA UMA DOAÇÃO!

Associação Voto Real / CNPJ 15.747.906/0001-41
BTG Pactual - Agência 0050 c/c 00489493-6
apoia.se/rankingdospoliticos

www.ranking.org.br



contato@ranking.org.br

Setor de Autarquias Sul Q. 4 Bloco A
Edifício Victoria Office Tower, 602
6º andar, Sala 18, Asa Sul, Brasília - DF
CEP: 70070-938

Mantenedores:

DMOC



AUDIGER
AUDITORES INDEPENDENTES S/S

values
NEWS INTELLIGENCE

PRIVATE
ENGENHARIA & SOLUÇÕES

HSi
INVESTIMENTOS

JUDIT